

Revisitando (criticamente) as leituras do golpe

Daniel de Mendonça*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo revisar algumas das interpretações mais destacadas acerca das causas que ocasionaram o golpe militar de 1964. As análises escolhidas para a leitura crítica são as de Alfred Stepan, René Dreifuss, Argelina Figueiredo e Wanderley Guilherme dos Santos. Para cada uma delas, serão apresentados seus pontos críticos. Ao final do artigo, enfocam-se elementos que fundamentam uma nova possibilidade de compreensão do movimento militar que inaugurou um período de 21 anos de regime autoritário no Brasil.

Palavras-chave: Golpe militar. Regime autoritário. Interpretações do golpe.

Em 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho deu início ao golpe que redundaria em 21 anos de regime autoritário no Brasil. Em meio a uma crise institucional sem precedentes na história republicana, que demonstrava a quase incapacidade de diálogo entre as forças políticas antagônicas naqueles momentos finais do regime democrático, João Goulart, praticamente sem oferecer resistência, caiu e exilou-se no Uruguai.

O fato é que, naquele longo mês de março, em razão das intensas manifestações, seja da esquerda, seja da direita, os sujeitos políticos não tinham horizontes bem construídos, nem tinham condições de avaliar quem por primeiro intentaria o golpe, quem por primeiro

* Doutor em Ciência Política. Professor Adjunto do Instituto de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPel.

solaparia a democracia e alcançaria o poder político a partir de uma medida extremada. Essa tarefa seria obra do futuro, com mais calma, maior distância dos fatos e documentos recolhidos e analisados.

Interpretações de diversos matices foram apresentadas, visando a melhor iluminar os fatos que redundaram numa brusca mudança de regime político. Nesse sentido, neste trabalho serão apresentadas criticamente as principais leituras realizadas acerca das causas que redundaram no golpe militar de 31 de março de 1964. Analisam-se, portanto, as visões de Alfred Stepan, René Dreifuss, Argelina Figueiredo e Wanderley Guilherme dos Santos. Para cada uma dessas análises são apresentados os argumentos construídos que, segundo esses autores, redundaram nas causas do movimento militar de 1964, assim como alguns pontos de crítica a essas interpretações. Ao final do artigo, enfoca-se um novo olhar sobre o movimento militar.

A interpretação de Alfred Stepan

A análise de Alfred Stepan (1975) enfoca primordialmente a lógica interna de funcionamento das Forças Armadas e a relação que estas estabelecem com o poder civil instituído. Na primeira parte de *Os militares na polí-*

tica, o autor preocupa-se sobremaneira em apresentar a forma como as Forças Armadas são historicamente constituídas no Brasil, seus fundamentos institucionais e a maneira pela qual se dá o recrutamento, tanto do corpo de soldados como de seus oficiais.

Em relação ao recrutamento, é interessante fazer uma observação, a qual serve, segundo o autor, para desmistificar o caráter eminentemente nacional das organizações militares no Brasil. Assim, argumenta Stepan que as Forças Armadas em geral apresentam um caráter regionalizado de recrutamento, tendo em vista basicamente a redução de custos com o transporte dos seus recrutas. Além disso, apesar de haver registros de um grande número de analfabetos no país na época em que foi considerada a análise do autor, as Forças Armadas tinham a preferência pelo recrutamento de homens já alfabetizados, uma vez que isso tornaria mais fácil o treinamento para o uso de equipamentos mais sofisticados. Nas palavras do autor:

Está claro que um exército organizado sobre uma base local, com um sistema exclusivo de recrutamento que prefere os alfabetizados aos analfabetos, os elementos urbanos aos rurais, não pode reunir soldados de diferentes setores geográficos e educacionais do Brasil, visando a uma cooperação conjunta dentro de uma instituição de orientação nacional. (STEPAN, 1975, p. 18).

Dessa forma, o tipo de recrutamento regionalizado, urbano e de classe média possui, conforme Stepan, consequências importantes. A principal, já referida, diz respeito ao fato de que as Forças Armadas não adquirem efetivamente um sentimento de “integração nacional”, como é comumente anunciado, pois seus efetivos, tanto de soldados como de oficiais, apresentam tendências a defender interesses regionais.¹ Esse fator contribui para se afirmar que as Forças Armadas não podem ser vistas como instituições homogêneas e, sobretudo, que são instituições que sofrem importantes influências do cenário político contingente. Nas palavras do autor:

Contrariamente à suposição de que o Exército nacional é relativamente imune às influências regionais e locais, [...], os líderes estaduais sempre conseguiram utilizar as polícias estaduais e a retórica do regionalismo para vencer ou neutralizar efetivamente segmentos inteiros do Exército nacional. Está claro, [...], que, para estudar adequadamente o papel do Exército brasileiro ou qualquer outro, não se pode partir da premissa de que o Exército, pela sua missão e organização, é exclusivamente uma instituição unificada e de orientação nacional. Ao contrário, [...], existe uma necessidade permanente de avaliar as características institucionais dos militares dentro do quadro mais amplo do sistema político global. (STEPAN, 1975, p. 20).

O tipo de recrutamento regionalizado, urbano e de classe média dos

efetivos militares prepara a análise de Stepan para o que é a sua principal tese, a qual começa a ser desenvolvida na “Parte II” de sua obra, ou seja, o “padrão moderador” das relações entre civis e militares no Brasil no período de 1945 a 1964, o qual advém de uma dificuldade de adequar ao caso latino-americano os padrões já existentes e classificados.²

Dessa forma, como modalidade tipicamente latino-americana da relação entre civis e militares, na acepção de Stepan, o poder moderador tem como característica principal a utilização pelos civis do poder coercitivo dos militares no sentido de agirem como moderadores da atividade política,³ retirando o então mandatário do Poder Executivo e dando tal poder a outro grupo civil. O papel moderador dos militares, acrescenta o autor, restringe-se, portanto, a derrubar governos. Como afirma Stepan:

Em tal modelo das relações entre civis e militares, estes são chamados repetidas vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhe é negado sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudanças dentro do sistema político. Longe de se constituírem nos “construtores da nação” ou nos “reformadores”, como são encarados em alguns países, no modelo moderador os militares têm uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do

executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos. A aceitação deste papel pelos militares está condicionada à sua aceitação da legitimidade e da praticabilidade das formas políticas parlamentares, bem como à constatação, por parte destes militares, de que possuem, em comparação com os civis, uma capacidade relativamente reduzida de governar. (1975, p. 50).

Estabelecido o paradigma do padrão moderador, Stepan analisa-o no período que inicia em 1945 e vai até a sua dissolução em 1964. Afirmar que para o dispositivo militar moderador entrar em ação é necessário que o Executivo e os grupos políticos dos civis pró-regime estejam profundamente divididos.⁴ Nesses momentos, os vários grupos políticos buscam se acercar do poder militar para evitar ou para articular a deposição do presidente. Além do Executivo e dos grupos políticos civis pró-regime, ganham especial força nos momentos de crise política os grupos políticos classificados por Stepan como “civis antirregime”, ou seja, as facções políticas eminentemente golpistas.

Conforme Stepan, a divisão entre Executivo e civis pró-regime teve momentos de extrema radicalização em três momentos do período em análise. Nestes três momentos, ou seja, em 1945, com a deposição de Vargas, em 1954, com a crise que redundou no suicídio de Vargas, e na deposição de Goulart em 1964, o poder moderador mi-

litar entrou em cena. A razão para os movimentos golpistas bem-sucedidos é diretamente proporcional ao grau de legitimidade do Executivo. Na visão de Stepan:

Os movimentos militares vitoriosos contra o executivo se relacionam com um baixo grau de legitimidade prévia atribuída ao executivo pelas elites políticas civis participantes e um alto grau de legitimidade prévia concedida por estes mesmos civis aos militares, para desempenhar seu papel moderador através da deposição do presidente. (1975, p. 76).

O padrão moderador atribuído aos militares foi quebrado, segundo Stepan, com o golpe de 1964, momento em que as Forças Armadas deixaram de exercer o mero papel de responsáveis pela deposição de governos constituídos para efetivamente passarem à tarefa de dirigentes dos rumos políticos brasileiros. A razão principal da mudança do padrão moderador está justamente na sua natureza. Para o padrão moderador funcionar é necessário que as regras gerais do jogo político sejam aceitas pelos grupos políticos. Isso quer dizer que, após a deposição do presidente, os grupos políticos notadamente devem saber qual é o passo que deve ser dado para que a normalidade política retorne.

Nesse sentido, em 1945, após a deposição de Vargas, quem assumiu a Presidência da República até a eleição de Eurico Gaspar Dutra foi o presiden-

te do Supremo Tribunal Federal. Em 1954, eleições foram realizadas e o regime voltou à normalidade novamente. Ocorre que, conforme Stepan, o nível da crise política no período da deposição de João Goulart era de tal gravidade que os próprios políticos acreditavam que o então regime político era inoperante. Isso abriu a possibilidade da quebra do padrão moderador: de simples moderadores, os militares, em 1964, passaram a exercer o papel de elite dirigente na acepção de Stepan:

Um aspecto central do papel moderador é que ele mantém as regras gerais do jogo político. Mas, quando estas regras são elas mesmas amplamente questionadas por muitos protagonistas políticos, o papel de moderador ou árbitro torna-se menos importante ou praticável. Se, por exemplo, os políticos acreditam que o regime é inoperante, torna-se muito mais difícil resolver a questão de quem deveria receber o poder político depois da deposição do presidente. Abre-se claramente o caminho para os militares assumirem um novo papel político na sociedade: o de *dirigente* em vez de *moderador* do sistema político. Se os próprios militares acham que deve ser adotado um novo conjunto de medidas, seu papel pode mudar de mantenedor para transformador do sistema. (1975, p. 101).

Segundo Stepan, o modelo político passa a ser efetivamente inoperante sobretudo no período do governo de João Goulart. Quatro são as causas conjunturais que concorrem para tal resultado, a saber:

- 1) um crescente índice de reivindicações políticas e econômicas ao governo;
- 2) um decréscimo da capacidade extrativa decorrente do declínio do crescimento econômico;
- 3) um decréscimo da capacidade política de converter as reivindicações em política concreta, devido à fragmentação do apoio; e
- 4) a crescente retração do apoio ao próprio regime político.

Aliadas a essas causas exteriores ao funcionamento das Forças Armadas, Stepan registra ainda que as revoltas dos sargentos, em setembro 1963, e a dos marinheiros, em março de 1964, também geraram a apreensão dos oficiais superiores. Contudo, o primeiro conjunto de causas parece ser mais relevante para Stepan, revelando, na visão do autor, que os próprios militares naquele momento tinham dúvidas acerca da capacidade administrativa civil no exercício do poder político do Estado brasileiro. Stepan, nesse sentido, argumenta que o golpe militar que depôs Goulart e quebrou o paradigma moderador instaurado em 1945 ocorreu efetivamente pela perda da legitimidade do sistema político, que não era mais capaz de dar respostas positivas à crescente crise de legitimidade pela qual passava.

A análise de Stepan tem o mérito de apresentar uma série de elementos concernentes ao funcionamento das Forças Armadas no Brasil, mormente no que é pertinente ao Exército. Apresenta também, em relação aos momen-

tos finais da democracia populista, notadamente no período do governo de João Goulart, vários índices sociais, econômicos, políticos e militares que demonstram o grau de instabilidade política do período. Contudo, sua análise apresenta alguns pontos que devem ser relativizados.⁵

O ponto mais crítico da análise de Stepan está justamente na sua formulação do padrão moderador. É forçosa a sua admissão de que os militares agiam meramente como uma força que retirava presidentes para dar novamente o governo aos membros civis opositoristas. Analisando o padrão moderador mais detidamente, tem-se que os militares seriam meros “instrumentos” da ação dos civis, ou seja, eram paradoxalmente sujeitos políticos que não apresentavam qualquer vontade política própria, pois eram sempre monitorados pelos civis. Isso é ainda mais contraditório no conjunto do argumento de Stepan se se considerar o fato de que o próprio autor toma o elemento militar como um subsistema do sistema político brasileiro, ou seja, os militares eram altamente influenciados pelos acontecimentos políticos. Como ser influenciado e não ter efetivamente uma posição política?

Outro elemento que chama a atenção diz respeito à anunciada ideia de “incapacidade” que, segundo Stepan, os próprios militares tinham de si próprios em relação à administração

dos negócios públicos, o que explicaria o porquê de as Forças Armadas, no período de 1945 a 1964, terem servido de meras moderadoras de grupos políticos golpistas para deposição de presidentes. Tal argumento pode ser problematizado, por exemplo, se for levado em consideração que foram os próprios militares que lideraram o golpe de 1964, quebrando, assim, o padrão moderador. Da mesma forma, a argumentação de Stepan nesse sentido pode ser relativizada, se considerado o papel da Escola Superior de Guerra como núcleo civil-militar de construção de uma Doutrina de Segurança Nacional, um projeto político anticomunista para o Brasil, ou seja, uma posição política que vinha sendo construída desde a sua fundação em agosto de 1949.

Outra questão merece ser ainda destacada como mais um ponto de crítica, a qual diz respeito à sobrevalorização dos aspectos extrínsecos à organização e ao funcionamento das Forças Armadas, em contrapartida a uma subvalorização dos aspectos eminentemente organizacionais no que tange às principais causas do golpe de março de 1964. Segundo Stepan, está claro que o movimento golpista representou uma reação militar a um sistema político inoperante ao tempo de João Goulart, o que é, inclusive, coerente com a característica dos militares brasileiros de serem sensíveis aos acontecimentos políticos. Entretanto,

apesar de Stepan destacar também um certo temor dos oficiais em relação à quebra da hierarquia nos quartéis, tal aspecto é subvalorizado pelo autor em relação às causas para a deflagração do golpe. Em contrário a essa posição assumida por Stepan, existe uma série de documentos analisados pela literatura especializada, os quais atestam que a quebra da hierarquia e da disciplina militar não era um acontecimento dentre outros; ao contrário, foi fundamental esse temor para uma ação mais efetiva dos oficiais militares responsáveis pelo golpe de estado.

A análise de René Armand Dreifuss

René Dreifuss, em *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe* (1981), apresenta pesquisa amplamente documentada visando explicar a forma como os interesses multinacionais e associados, a partir de uma “elite orgânica”, tomaram o Estado brasileiro com o golpe de março de 1964. Inspirado na teoria política hegemônica de Antonio Gramsci, Dreifuss utiliza suas principais categorias analíticas para municiar teoricamente aquilo que, segundo o autor, os documentos e uma série de depoimentos de pessoas envolvidas com a trama que depôs João Goulart lhe apresentavam: a formação, ao longo de décadas,

de um bloco histórico multinacional e associado que disputou a hegemonia tanto no campo econômico como no campo político.

Nesse sentido, Dreifuss remonta à origem do bloco multinacional e associado na década de 1930 com base em seus elementos originais, ou seja, os donos das indústrias, que disputavam interesses com o bloco então dominante na economia brasileira, o qual era constituído pelos agroexportadores. Segundo o autor, havia ainda naquele momento um “estado de compromisso” entre esses dois grupos econômicos. Contudo, aos interesses industriais emergentes era necessária a constituição de uma “liderança forte” no plano econômico e, posteriormente, no âmbito do poder político. Nas suas palavras:

Apesar de a indústria e de os interesses agro-exportadores haverem estabelecido um “estado de compromisso”, eles tiveram uma coexistência difícil e o período foi marcado por crises contínuas a partir de 1932, o que levou ao estabelecimento do Estado Novo em 1937 [...]. Os industriais perceberam que precisavam de uma liderança forte para conseguir disciplinar o esforço nacional e para impor e administrar sacrifícios regionais e de classe apropriados para a consolidação da sociedade industrial. (DREIFUSS, 1981, p. 22).

Com a ascensão do Estado Novo, os industriais nacionais conseguiram, enfim, ocupar um importante espaço

na economia nacional, graças ao projeto varguista de implantação de sólidas bases na indústria nacional, seja no setor público, seja no privado: “O Estado Novo garantiu a supremacia econômica da burguesia industrial e moldou as bases de um bloco histórico burguês.” (DREIFUSS, 1981, p. 22). Após o final da II Guerra, com a deposição de Vargas e a ascensão de Dutra à Presidência, as empresas nacionais passaram paulatinamente a se associar a grandes grupos multinacionais. A razão dessa crescente associação, segundo Dreifuss, consistiu no fato de que, nesse período, houve uma forte concentração econômica e centralização do capital, aliado a um processo de controle oligopolista do mercado. Nesse sentido, as grandes empresas nacionais eram, na verdade, controladas por grandes grupos multinacionais, tornando-se, assim, empresas “associadas” a esses interesses.⁶

Se, a partir de Vargas, os industriais começaram a se constituir hegemonicamente no campo econômico, essa tendência foi ampliada ao longo do período democrático de 1945 a 1964. Contudo, o projeto multinacional e associado não se restringia à esfera econômica. Havia, conforme Dreifuss, uma luta ainda maior a ser travada: a conquista do Estado que estava nas mãos dos agentes do bloco populista de poder. No primeiro momento, houve a

tentativa de conciliação de interesses dos capitalistas industriais com os líderes políticos populistas, o que não obteve êxito. Então, houve a necessidade de a classe “para si” agir por sua própria conta em direção da hegemonia política no período:

Por um período de quase dez anos, o bloco de poder emergente visou a uma acomodação com o bloco de poder populista. Ele tentou também conseguir reformas parciais do aparelho de Estado, assegurar participação multinacional e associada na legislação e administração, assim como apoiou o domínio populista sobre as classes subordinadas [...]. Quando os canais político-partidários e administrativos não obtiveram êxito em atingir as reformas necessárias renunciadas pelo bloco modernizante-conservador, e quando os interesses multinacionais e associados notaram as dificuldades crescentes em se conseguir conter a massa popular dentro do sistema político populista, o bloco de poder emergente teve de recorrer a outros meios. (DREIFUSS, 1981, p. 106-107).

O bloco de poder emergente teve de recorrer a outros meios para, enfim, conseguir o poder do Estado brasileiro. Para tanto, na análise de Dreifuss, foi criado em fins de 1961⁷ o complexo Ipes/Ibad, cujo objetivo primeiro era “agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração”. (1981, p. 161). Em relação a este objetivo, é interessante a certeza que tinha Dreifuss acerca da

homogeneidade⁸ dos intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados, apesar das disputas internas que o próprio autor enfoca ao longo da obra, no sentido da consecução dos objetivos de enfraquecimento do governo populista de Goulart. Tal homogeneidade se relacionava ao fato de que, segundo Dreifuss, em grande parte, os interesses multinacionais e associados possuíam um projeto comum de desenvolvimento econômico, que na esfera política estava sofrendo, por parte da elite populista, sérias restrições. A homogeneidade, portanto, dava-se a partir de uma unidade de projeto político e econômico para o Brasil:

Os fundadores do IPES do Rio e de São Paulo, o núcleo do que se tornaria uma rede nacional de militantes grupos de ação, vieram de diferentes *backgrounds* ideológicos. O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado. Esses empresários visavam a uma liderança política compatível com sua supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática, pois, como foi observado, “a direção do país não podia mais ser deixada somente nas mãos dos políticos”. (DREIFUSS, 1981, p. 163).

Para a consecução da pretendida tomada do Estado, o complexo Ipes/Ibad passou a manter estreitas relações de trabalho para tal fim com a já existente Escola Superior de Guer-

ra (ESG). Na visão de Dreifuss, o que ocorreu foi uma ação do complexo Ipes/Ibad⁹ no interior das Forças Armadas, no sentido de cooptá-las para a causa dos interesses multinacionais e associados. A relação que existiu entre essas entidades foi tão intensa que era muito comum os militantes do Ipes serem, ao mesmo tempo, membros da ESG.¹⁰ Dreifuss busca demonstrar as ações que tais organizações tomaram em conjunto para, num primeiro momento, enfraquecer o governo de João Goulart e, após, promover a tomada final do controle do Estado brasileiro.

Contudo, o que parece claro na análise de Dreifuss é que o empresário multinacional e associado não era um mero partícipe de uma conspiração que se gestava, tendo os militares como os seus próceres principais. Pelo contrário: os verdadeiros artífices e próceres do movimento de março de 1964 eram os próprios empresários,¹¹ que, com o imprescindível apoio dos militares, deram um golpe civil-militar e derrubaram, enfim, João Goulart. Os interesses do novo bloco econômico e de poder pós-março de 1964, apoiado pelos militares golpistas, formaram, assim, uma nova hegemonia política e administrativa para o Estado brasileiro. Na visão de Dreifuss:

Uma vez no poder, o bloco financeiro-industrial multinacional e associado, ao procurar uma redefinição dos critérios de inclusão/exclusão no siste-

ma político, não limitou sua atenção somente às classes trabalhadoras. O bloco de poder multinacional e associado impôs uma nova relação entre o Estado, as classes dominantes e ele próprio, que implicava a rejeição do bloco oligárquico-industrial populista e de seus mecanismos de representação e controle de classe. O novo bloco de poder rejeitou a ordem política anterior e procurou estabelecer um regime tecnopresarial, protegido e apoiado pelas Forças Armadas, um regime tal que os políticos se tornariam anclares e, no processo, perderiam seu papel central. (1981, p. 485).

Apesar de revelar importantes aspectos do complô civil-militar que depôs João Goulart, a análise de René Dreifuss apresenta pontos que merecem ser relativizados. O primeiro diz respeito ao excessivo essencialismo analítico de classe quando Dreifuss constrói o “bloco multinacional e associado”. Assim, ao ler a obra como um todo, tem-se a impressão de que a ação do empresariado foi unívoca, sem dissensões internas, em prol de um “bloco histórico”, típico de uma análise gramsciana. Dreifuss toma a categoria analítica “classe” como uma realidade empírica absolutamente inequívoca, perfeitamente orquestrada sob a batuta de seu “partido”, o Ipes. É como se todos os empresários multinacionais e associados tivessem não só apoiado, mas promovido diretamente o golpe. É como se o esquema teórico produzido por Antonio Gramsci fosse plenamente

adequado para a explicação das causas e das ações que redundaram no golpe de 1964.

Dessa forma, para Dreifuss o movimento que depôs Goulart não teria sido o resultado de uma conjuntura política conturbada, mas uma necessidade histórica, uma “derrota anunciada” para a democracia. Tal afirmação se deve ao fato de que o projeto de poder dos empresários foi iniciado na década de 1930 e teve duas fases, ou objetivos distintos, que deveriam necessariamente ser alcançados para que constituíssem, assim, um bloco histórico hegemônico. A primeira fase, conquistada ainda no período do Estado Novo e consolidada no governo Dutra, foi a da consolidação da hegemonia econômica dos interesses industriais multinacionais e associados, sobrepondo-se aos interesses do grupo agroexportador decadente. A partir de então, Dreifuss busca demonstrar as várias tentativas de interferência desse novo bloco econômico nos governos populistas, com seus avanços e recuos, até o completo antagonismo registrado no período do governo de João Goulart.

Entretanto, uma questão deve ser levada em consideração neste particular. Os governos populistas de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek tiveram um tratamento somente *en passant* na análise de Dreifuss. Basicamente, esses governos

e a ação do bloco multinacional e associado foram meramente referidos em evidências históricas conhecidas, como em análises de outros autores, mas sem maiores evidências empíricas, que seriam necessárias. O centro da análise de Dreifuss foi mesmo o governo Goulart. Suas evidências empíricas, baseadas em farta documentação, remontam sobremaneira ao ápice da crise política do período pré-autoritário. Nesse sentido, é questionável a afirmação de que o projeto de poder dos interesses multinacionais e associados remontasse tão logo ao momento anterior ao da deflagração efetiva do golpe. A análise de Dreifuss enfoca basicamente o período Goulart e visa ampliar, de forma frágil, seus efeitos para mais ou menos três décadas anteriores.

Não fica também plenamente comprovada a supremacia ideológica dos empresários em relação aos militares golpistas. É duvidoso afirmar que os primeiros foram efetivamente os próceres do movimento, uma vez que existem evidências empíricas, mormente com base em entrevistas com os militares participantes do complô, além de documentos por eles próprios produzidos, de que já arquitetavam um movimento de desestabilização e de posterior derrubada do governo Goulart independentemente da possível ação dos empresários que representavam os interesses multinacionais

e associados. Os vários documentos colhidos por Dreifuss e que compõem o anexo de sua obra são indícios, mas não provas suficientes para comprovar a efetiva liderança dos empresários multinacionais e associados no episódio do movimento golpista de março de 1964.

A posição de Argelina Figueiredo

A análise de Argelina Figueiredo acerca das causas do golpe militar de março de 1964, centrada sobretudo na “conduta estratégica de atores políticos em situações históricas concretas enfatizando interesses e percepções e formulando os problemas em termos de possibilidades e escolhas” (1993, p. 29), possibilita ao leitor ter uma ideia muito interessante dos interesses e ações dos vários “atores” que disputavam politicamente naquele conturbado momento da vida política nacional. Nesse sentido, a autora critica abertamente a posição tomada por René Dreifuss de que “a conspiração foi um empreendimento conjunto, liderado por um agente político único e unificado – a burguesia –, que ampliou habilmente sua influência, dirigindo outros grupos para os objetivos por ela desejados”. (FIGUEIREDO, 1993, p. 173). Assim, acertadamente, Figueiredo, ao apresentar uma série de ações e posi-

ções envolvendo uma miríade de “atores” políticos na trama golpista, critica Dreifuss afirmando que

é questionável a alegação de que a burguesia teve um papel de liderança e de coordenação na conspiração. Parece, ao contrário, que havia diversos grupos conspirando dentro das elites militares e civis, e, a despeito da integração entre eles, é exagerado considerar suas ações como uma conspiração única com um comando unificado. (1993, p. 174).

Para além das críticas que a autora faz às mais diversas interpretações do golpe de 1964, que estão na parte introdutória de sua obra, um dos objetivos principais de *Democracia ou reformas?* é apresentar a interessante tensão que certamente havia no período acerca da possibilidade da continuidade do regime democrático combinando-o com reformas estruturais no país. É evidente que, como afirma Figueiredo, ao final do período, nem democracia nem reformas permaneceram no cenário político posterior àqueles conturbados primeiros anos da década da 1960. Nesse sentido, o esforço do seu trabalho é, diante da radicalidade política presente, investigar “as possibilidades de sucesso de soluções político-institucionais que, dadas as condições vigentes, pudessem combinar democracia com reformas sociais”. (FIGUEIREDO, 1993, p. 22).

Dessa forma, conforme a autora, a tensão “democracia *versus* reformas” acompanha todo o período do governo

de João Goulart: desde o veto militar e a solução parlamentarista, passando pela possibilidade de reformas graduais sob o sistema parlamentar e sua derrocada antecipada, pelas frustradas tentativas de reformas já no presidencialismo (Plano Trienal e reforma agrária), pelo pedido de estado de sítio e a Frente Progressista, culminando no isolamento final de Goulart até o golpe fatal no regime democrático.

A falta de consenso sobre “programas mínimos” entre os “atores” é muito bem percebida por Figueiredo, que demonstra sobejamente, no nível parlamentar, a impossibilidade de se construir o centro político, tendo em vista a crescente radicalidade política e a posição titubeante de João Goulart. A análise, portanto, nessa esfera, é praticamente intocável do ponto de vista da percepção e da sagacidade de reconstruir uma história tão cheia de detalhes e “atores” em luta. Nesse sentido, suas palavras finais de *Democracia ou reformas?* parecem extremamente elucidativas:

[...] um outro fator contribuiu para impedir a realização de qualquer das duas possibilidades de combinar reforma e democracia, ou seja, a visão instrumental de democracia, mantida tanto pela direita como pela esquerda. De fato, os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia. Para obter as reformas, propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas.

Aceitavam o jogo democrático somente quando fosse compatível com a reforma radical. A direita, por outro lado, sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados. Aceitavam a democracia apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios. Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas. (FIGUEIREDO, 1993, p. 202).

A análise de Figueiredo apresenta, entretanto, dois pontos críticos intimamente ligados e que, portanto, serão tratados aqui em conjunto: o primeiro reside justamente na sobrevalorização da centralidade “democracia *versus* reformas”; o segundo resulta na subvalorização do papel dos militares no contexto geral da sua obra.

Assim, inicialmente, qualquer análise acerca do movimento golpista de 1964 tem a necessidade de dar especial ênfase ao papel desempenhado pelos militares durante todo o período, simplesmente tendo em vista o razoável fato de que foram eles próprios que executaram a quebra do já debilitado regime democrático. Nesse sentido, com base na análise de documentos militares produzidos no período, não parece que o tema “democracia *versus* reformas” foi tão central para os militares golpistas. A questão que parece

mais pertinente aos próceres de 1964 não é em si os termos “democracia” ou “reformas”, mas a questão da “estabilidade política”, para eles uma discussão bem anterior a essas.

Nesse particular, parece que a análise de Figueiredo apresenta um ponto crítico que compromete o restante do seu trabalho no que tange a um possível diagnóstico de desordem realizado pelos militares. O ponto crítico, nesse sentido, está na forma como a autora encaminha, já no capítulo primeiro do seu trabalho, o desfecho da crise da renúncia de Jânio Quadros. Nesse sentido, serão tomados alguns excertos do texto de Figueiredo para ilustrar melhor a sua posição e demonstrar algumas possíveis ambiguidades de sua análise. Já na introdução a autora anuncia:

No Capítulo 1 [*Goulart no poder: compromisso institucional*] analiso a formação de uma forte coalizão contra a tentativa dos ministros militares de impedir a posse de Goulart na presidência. Uma solução de compromisso foi alcançada com a substituição do sistema presidencialista pelo sistema parlamentarista. (1993, p. 31).

Tomando o capítulo anunciado, a autora menciona a posição da ala “legalista” das Forças Armadas, contrária ao golpe pretendido pelos ministros militares:

Como vimos, a ala legalista das Forças Armadas discordava fortemente da intervenção unilateral dos ministros, mas compartilhava da reserva com que os ministros encaravam os pontos de vista políticos de Goulart. Por isso, embora esse grupo considerasse ilegítimo o argumento de segurança nacional objetivando impedir a posse do vice-presidente, era-lhe muito conveniente uma solução intermediária que permitisse a manutenção dos poderes constitucionais de Goulart, ao mesmo tempo em que reduzia seu poder real. (1993, p. 46).

Note-se que, além de interessante para a ala “legalista” das Forças Armadas, que guardava uma série de reservas em relação a Goulart, a solução parlamentarista, que envolvia a perda quase completa do poder decisório de Jango, era também interessante para o maior partido do Congresso Nacional, o PSD:

Da parte do PSD havia duas outras razões para seu apoio ao regime parlamentarista. Em primeiro lugar, sendo o partido majoritário, ele desempenharia um papel importante na formação do gabinete. Seria, portanto, capaz de recuperar sua influência (perdida com a vitória de Quadros) sobre a administração central e as políticas do governo. Mas havia também um cálculo eleitoral: empossado presidente, Goulart, que poderia vir a ser um forte candidato presidencial em 1965, seria excluído da disputa daquela eleição. (FIGUEIREDO, 1993, p. 47).

Além de o casuístico parlamentarismo ser interessante à ala “legalista”

das Forças Armadas, era também muito vantajoso para o PSD, que ganharia “de presente” um governo perdido eleitoralmente com a vitória de Quadros. Ademais, o ato adicional da alteração do sistema político foi também aceito pelos ministros militares, que, no início da crise, vetaram a posse Goulart, conforme mesmo demonstra Figueiredo:

Os ministros militares impuseram duas condições para a aceitação do Ato Adicional [...]. A primeira se referia à faculdade do presidente de dissolver o Congresso e promover novas eleições. [...] embora a emenda garantisse formalmente ao presidente a prerrogativa de dissolver o Congresso e promover eleições a fim de aglutinar apoio para políticas governamentais, a utilização efetiva desse mecanismo não era permitida a Goulart, pois, de acordo com o Ato Adicional, todos os mandatos legislativos em curso estavam garantidos [...]. A segunda medida, também talhada para as circunstâncias específicas da crise daquele momento, era a inclusão da vaga cláusula de “risco para a segurança nacional” entre as condições pelas quais se poderia pedir o *impeachment* do presidente. (1993, p. 49).

A aludida “solução de compromisso” que defende Figueiredo não se trata, na verdade, de uma “solução de compromisso” entre as duas partes em disputa naquele momento, ou seja, os deputados legalistas do PTB e do PSB, Brizola e a Legalidade, de um lado e, de outro, os ministros militares golpistas. A dita “solução de compromis-

so”, na prática, envolveu os ministros militares, a ala “legalista” das Forças Armadas, ambos “desconfiados” de Goulart, a UDN, o PSD, que contabilizava, ao final da crise e com esse desfecho, ser apresentado com o governo federal. Nessa negociação, Goulart não teve escolha: teve de aceitar a imposição da “solução de compromisso”. Brizola ficou completamente isolado, sem o apoio inclusive de Machado Lopes, comandante do III Exército, que também acabou aceitando a solução parlamentarista. A solução de compromisso, dessa forma, deixou de fora a esquerda política brasileira.

No texto de Argelina Figueiredo nota-se um problema ao defender que a “solução de compromisso” foi uma medida política que efetivamente evitou uma “ruptura institucional”. Nas palavras da autora, “formou-se, imediatamente, uma coalizão contra a ruptura institucional, incluindo tanto os grupos esquerdistas e nacionalistas que apoiavam as reformas de Goulart, quantos grupos e lideranças conservadoras”. (1993, p. 38). Assim, deve-se registrar que a única coalizão que buscou evitar uma “ruptura institucional” foi aquela capitaneada por Leonel Brizola e a sua Campanha da Legalidade, que teve ainda apoio dos membros do PTB e do PSB no Congresso Nacional, a qual foi completamente alijada no final da crise, pois que seus mem-

bros não concordavam com a “solução parlamentarista”, vista por eles como uma “solução de continuidade”, como um “golpe branco”, ou seja, uma ruptura casuística das regras do jogo promovida inicialmente pelos ministros militares e que tivera a aquiescência do Congresso Nacional.

O problema em se afirmar que a “solução de compromisso” evitou uma “ruptura institucional”, pode ser percebido nas passagens a seguir citadas. Nesse sentido, num momento do seu primeiro capítulo, é afirmado que “o desenrolar dos acontecimentos [...], não favoreceu a alternativa estritamente legal, e a solução parlamentarista prevaleceu”. (1993, p. 43). Em outro momento, Figueiredo observa: “A defesa de uma solução estritamente constitucional, ou seja, dar pleno poder presidencial para Goulart, permaneceu confinada a uma minoria. No Congresso, a ala esquerda do PTB e os representantes socialistas denunciaram o ‘golpe branco’ implícito na lei que instituía o sistema parlamentarista”. (1993, p. 47).

Com base nas duas passagens transcritas, pode-se problematizar o argumento da autora. Ao longo do seu capítulo, ela menciona ter havido uma “solução de compromisso” para garantir a manutenção do regime democrático. Não menciona, contudo, que a “solução de compromisso” retirou ple-

namente da mesa de negociações do impasse justamente aqueles grupos que defendiam tão-somente a estrita manutenção da ordem democrática vigente, ou seja, a simples posse de Goulart na Presidência da República sob o regime presidencialista. Nas passagens, a própria autora admite que a “solução de compromisso” não foi uma “alternativa estritamente legal” ou não foi uma “solução estritamente constitucional”.

Por mais que o direito possa gerar exegeses amplas sobre alterações legais de qualquer natureza, é realmente difícil, do ponto de vista jurídico, neste caso, afirmar que a “solução de compromisso” não passou, na verdade, de um golpe branco contra a democracia brasileira. Neste caso específico, não existe, como busca defender Figueiredo, alternativa mais ou menos legal. Tratou-se, na verdade, de uma grosseira ruptura política, um verdadeiro golpe de estado, como afirmava, completamente isolada, a esquerda política do período.

O problema na interpretação de Figueiredo assenta-se no fato de que a autora não considerou a hipótese de que os ministros militares tão-somente não queriam Goulart como presidente. Fora isso, eles não tinham um plano de tomada de poder, um projeto político plenamente construído de tomada do Estado. O golpe foi contingente, pois a

situação política gerada pela renúncia de Quadros foi também contingente, absolutamente inesperada. A autora afirma que os ministros militares buscaram uma “saída honrosa” para a crise política por eles gerada. Não se pode igualmente concordar com isso, pois eles próprios participaram e opinaram sobre aspectos pontuais do ato adicional que impôs o parlamentarismo a Goulart, o qual não teve alternativa a não ser a de aceitá-lo.

A análise de Wanderley Guilherme dos Santos

Em *O cálculo do conflito*, Wanderley Guilherme dos Santos (2003) elabora uma criteriosa análise da crise política que acompanhou João Goulart ao longo de todo o seu governo. O ponto decisivo para Santos é a caracterização de que o período enfrentou uma crescente paralisia decisória num cenário de pluralismo polarizado. Essa paralisia, que afetou as ações tanto do Executivo federal como do Poder Legislativo, é exaustivamente demonstrada por meio de dados empíricos que visam evidenciar tal fenômeno negativo à estabilidade do sistema político. São os seguintes os requisitos da paralisia decisória apresentados pelo autor: “Uma crise de paralisia decisória ocorre [...] quando se dão simultaneamente três condições, todas empíricas e mensurá-

veis: fragmentação política, polarização ideológica e instabilidade de coalizões.” (SANTOS, 2003, p. 265).

A introdução da categoria “paralisia decisória” possibilitou uma série de conclusões, sempre calcadas em fartas análises empíricas, que colocam em xeque interpretações até então correntes entre os cientistas políticos que analisaram o período. Talvez a mais interessante, por ser, quem sabe, umas das mais importantes conclusões de Santos, trata-se do desafio que o autor impôs àqueles que atribuíam à crise parlamentar do período simplesmente a ruptura ocorrida na tradicional aliança entre o PSD e o PTB, frente política responsável pela estabilidade do governo Kubitschek. O “estado da arte” deste tipo de argumentação tradicional nas ciências sociais é assim apresentado por Santos:

Frequente argumento alternativo [...] explica a crise do início da década de 60 no âmbito parlamentar pela ruptura da aliança entre o PSD e o PTB – aliança, outrossim, a que se atribui responsabilidade maior pela estabilidade dos anos de Kubitschek. Consagrada pela tradição, e bastante razoável como hipótese, impôs-me a necessidade de investigá-la mais detidamente, à guisa de prefácio a meu argumento central que a ela se opõe. (2003, p. 265).

Com base numa série de induções, Santos chega à conclusão de que o argumento de a crise parlamentar ser diretamente proporcional ao rompimen-

to do pacto entre PSD e PTB – outrora existente no governo anterior – é falho simplesmente porque nem no próprio governo Kubitschek essa aliança seria suficiente para manter a estabilidade parlamentar. Dito em outras palavras: o PSD e o PTB não tinham forças suficientes para gerar estabilidade no sistema. Aqui, particularmente, as conclusões de Santos são muito interessantes e convincentes, uma vez que ele prova estatisticamente que eram necessários votos e apoios de outros partidos políticos, inclusive da UDN, para construir a normalidade política anterior a João Goulart. Nas suas palavras:

Em suma, durante o mandato de Kubitschek, a coalizão parlamentar efetivamente responsável pela estabilidade do período não ficou, de forma alguma, restrita ao eixo PSD/PTB e aliados *versus* UDN e aliados. Ao contrário, sem a cooperação da UDN o sistema parlamentar brasileiro teria representado ameaça bem maior para o Executivo do que se imagina tenha sido. (SANTOS, 2003, p. 281).

Santos busca explicar, portanto, de forma alternativa à tradicional tese da estabilidade parlamentar via aliança entre PSD e PTB – que representa, segundo ele, somente uma parcela da verdade – que a quebra da referida estabilidade se deu por razões estruturais, ou seja, o que ocorreu foi uma profunda crise no sistema como um todo, não tão-somente na aliança PSD-

PTB, incapaz, por si só, de manter a estabilidade do mesmo. A prova apresentada pelo autor é de que nenhuma outra coalizão posterior foi construída com êxito. Nesse sentido, Santos argumenta:

Entender o que aconteceu no âmbito parlamentar como nada mais do que o resultado lógico do colapso da coalizão PSD/PTB é não compreender totalmente a profundidade do impasse. A crise afetou integralmente o *sistema partidário* e não apenas uma coalizão específica. Por esse motivo, e este ponto é absolutamente crucial, nenhuma coalizão vitoriosa foi capaz de substituir a coalizão hegemônica anterior. (2003, p. 199-200).

A ideia da “paralisia decisória” num contexto político de pluralismo polarizado ocasionou, segundo Santos, o colapso em todo o sistema político. Paralisia decisória é entendida pelo autor como resultado da impossibilidade de os grupos políticos gerarem consensos mínimos, mesmo sobre questões a que, a princípio, eles próprios seriam favoráveis. Neste particular, Santos dá o exemplo dos vários projetos de lei que versavam sobre o tema da “reforma agrária”, encaminhados pelos três maiores partidos do período – PSD, PTB e UDN –, pois nenhum deles obteve aprovação pelos demais. Assim, a característica fundamental da paralisia decisória é a impossibilidade de um projeto político, encaminhado por determinada corrente política, não conse-

guir produzir um mínimo consenso em relação às outras forças políticas, mesmo que estas concordem, em tese, com o mérito do projeto, mesmo sendo simplesmente contrárias, mas sem possuir um projeto alternativo. É, nesse sentido, se tomada a ideia da paralisia decisória, que o argumento da mera ruptura entre PSD/PTB parece realmente inconsistente para explicar o colapso da curta experiência democrática brasileira do período. Conforme Santos:

[...] a paralisia se instala quando maiorias simples – por assim dizer, a menor das maiorias que se pode obter – rejeitam conclusivamente propostas sem que, elas próprias, maiorias simples, prefiram outro tipo de legislação. Ainda mais decisivo, a indicar a diferença entre conceitos, em caso de paralisia decisória não é necessário nem mesmo que exista alguma maioria preferindo a manutenção do *status quo*. É perfeitamente possível que os diversos subgrupos parlamentares optem por mudar o *status quo*, sem chegar a acordo, contudo, sobre a direção da mudança. O *status quo*, nestes “imobilismos”, não é o resultado da escolha de qualquer maioria, mas a segunda opção de todas as maiorias de veto a propostas particulares. O destino de projetos de reforma agrária [...] exemplifica à perfeição a materialização desta virtualidade. Não obstante os três principais líderes de grupos parlamentares – PTB, PSD e UDN – aderiram à bandeira da reforma no campo, cada qual apresentou alternativas ao *status quo* diferentes umas das outras, sendo todas derrotadas e permanecendo o *status quo*, o qual não era a primeira opção de nenhum dos três grupos. (2003, p. 206-207).

Ao longo do seu trabalho, Santos consolida o potencial heurístico da “paralisia decisória” no âmbito seja do Executivo federal, seja do Congresso Nacional. Demonstra, com base numa série de dados e informações mobilizadas, que o “imobilismo” representou uma característica perigosa, produto do radicalismo das posições dos “atores” políticos envolvidos e, portanto, muito explicativa em relação à crise política do período.

Entretanto, sua análise não abriga outros sujeitos políticos, notadamente os não institucionais, que certamente jogavam naquele momento, mesmo que de fora da arena governamental, como movimentos populares, sindicatos, organizações de direita, organizações de esquerda, grupos de militares conspiradores, etc. Santos, após densa análise sobre os reflexos institucionais da “paralisia decisória”, não apresenta seus reflexos, se é que efetivamente existiram e em que medida, para tais sujeitos políticos extrainstitucionais. A questão a saber é a seguinte: Foi o nível institucional que gerou a instabilidade no período Goulart, a partir da crise de paralisia decisória, ou esta instabilidade institucional foi o reflexo de uma instabilidade anterior no nível extrainstitucional? Tem-se a impressão de que Santos opta pela primeira opção, o que não parece ser propriamente adequado de se afirmar peremptoriamente.

Assim, não se pode relegar o papel exercido pelos militares golpistas como o de meros coadjuvantes, tendo em vista que, efetivamente, eles deflagraram o movimento de 1964. Não se pode afirmar com certeza que os verdadeiros próceres do regime autoritário brasileiro tinham preocupações institucionais tão claramente definidas, mas pode-se dizer que eles temiam a instabilidade política do país e que o imobilismo causado pela paralisia decisória fosse um desses elementos a serem por eles considerados. Contudo, até que ponto não foi o Parlamento que mais foi instigado pela preocupação dos sujeitos políticos extrainstitucionais como os militares, por exemplo? O veto dos ministros militares a Goulart em 1961 certamente foi um aviso às instituições brasileiras sobre as suas intenções e ideologia políticas. O período Goulart foi repleto de momentos de instabilidade, episódios que o Congresso Nacional acompanhou com extrema atenção, apresentando, em todos, uma série de posicionamentos de acordo com a postura política, cada vez mais radicalizada, de seus membros.

A análise de Santos é, nesse sentido, carente em relação à busca de elementos capazes de se compreender qual foi o real impacto da “crise de paralisia decisória” sobre os demais sujeitos políticos e, portanto, como se operou o jogo de estímulos às ações produzidas fora

e dentro do Parlamento e do Executivo naquela quadra. Além disso, Santos, assim como Argelina Figueiredo, chega à idêntica conclusão de que a crise da renúncia de Jânio Quadros teve um final que privilegiou a manutenção das instituições democráticas brasileiras,¹² o que, como já se buscou aqui demonstrar, pode ser relativizado.

Considerações finais: novas visões do golpe

Apesar de avançarem na explicação das razões que redundaram no golpe de 1964, as análises acima apresentam importantes limitações que merecem ser consideradas. Para além das críticas a estas, está havendo uma nova série de interpretações acerca do movimento de 1964, que devem certamente ser vistas com mais atenção. Nesse sentido, um exemplo presente dessa nova onda de interpretações do movimento militar certamente é a obra *Visões do golpe*, organizada por Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (2004). Trata-se de minucioso trabalho de entrevistas realizadas com militares que não propriamente ocuparam destacadas posições de comando no processo da conspiração, mas que, ao longo do regime, exerceram importantes cargos na hierarquia do Estado brasileiro, pois que foram, em sua maioria, asses-

sores diretos de líderes e de governos resultantes do movimento de 1964.

Os depoimentos colhidos em *Visões do golpe* apresentam interpretações que discordam das visões mais tradicionais acerca do movimento militar. Assim, por exemplo, a grande arquitetura do golpe elaborada por Dreifuss, ou seja, que atribuíu um “plano geral” de ação unindo a burguesia e as Forças Armadas, num projeto político de formação de um “bloco histórico”, perde a sua força se considerados os argumentos produzidos nesta obra.

Nesse sentido, um novo olhar acerca das razões que desencadearam a conspiração militar está hodiernamente sendo construído por interpretações que frontalmente criticam a ideia, ainda dominante, de que o golpe de 1964 foi arquitetado para a concretização de um projeto militar-burguês solidamente construído.¹³ Nesse sentido, a presente passagem da introdução de *Visões do golpe* parece bem ilustrativa:

Os depoentes [os militares entrevistados] concordam que não havia um projeto de governo entre os vencedores: o movimento foi *contra*, e não *a favor* de algo. A questão imediata, segundo a maioria dos relatos, era tirar Jango e fazer uma “limpeza” nas instituições. A maneira de fazê-lo seria pensada e estruturada *a posteriori*. Só depois de vitorioso o movimento é que foi elaborado um “ideário”, vinculado ao tenentismo da década de 20 e tributário da índole democrática (leia-se anticomunista) da sociedade brasileira. (2004, p. 18).

Dessa forma, na obra são atribuídas pelos entrevistados, duas causas principais e intimamente ligadas para a eclosão do movimento: 1) o medo do comunismo; 2) a infiltração desta ideologia nas Forças Armadas, o que provocaria a corrosão de suas estruturas mais sagradas, como a hierarquia e a disciplina. Segundo seus autores:

A situação tornou-se intolerável para os militares quando “a subversão invadiu a caserna”, atingindo as Forças Armadas em seus dois fundamentos básicos: a hierarquia e a disciplina. Esta é apresentada como uma das razões mais importantes para o golpe, para alguns, por si só decisiva e suficiente para explicá-lo. Outras razões mencionadas com frequência pelos estudiosos, como a inflação, as greves e a corrupção, são elementos acessórios. Alguns depoentes chegam a afirmar que, caso Jango tivesse dado sinais claros de que não compactuaria com a quebra da hierarquia e da disciplina, suas chances de continuar no governo seriam boas, e a correlação de forças não se definiria em favor dos golpistas.

A revolta dos sargentos em 1963, dos marinheiros e fuzileiros navais em março de 1964, são dois eventos sempre citados pelos depoentes, ao lado da presença de Jango no comício da Central do Brasil (ou “das reformas”) e no jantar oferecido pelos sargentos no Automóvel Club. Com essa seqüência de acontecimentos, a maioria indecisa ou neutra da oficialidade definiu-se a favor do golpe e passou a procurar legitimar sua ação através do apoio de algum general que tivesse expressão no seu meio. (2004, p. 18).

Como foi visto nas seções anteriores, o golpe foi explicado de múltiplas formas, muitas vezes a partir de grandes planos conspiratórios, arquitetados com muita acuidade por seus executores. Contudo, quando se dá a palavra aos próprios militares que vivenciaram aqueles conturbados momentos da vida nacional, tem-se a impressão de que aqueles eventos não tiveram a batuta de um maestro que comandava uma orquestra completa e afinada. Pelo contrário, muitos militares importantes em *Visões do golpe* atribuem ao movimento de 1964 um arranjo executado até de maneira muito desafinada. A impressão que se tem ao ler a série de depoimentos é que todos sabiam o início da música, mas não tinham a menor ideia de como acabaria. Dito em outras palavras: sabiam muito bem o que não queriam (Goulart no governo), mas pouco se podia dizer ou prever acerca do que aconteceria após a sua saída.

Dessas duas músicas descontraídas, a primeira tocada por intelectuais, por exemplo, como René Dreifuss, a segunda executada pelos entrevistados de *Visões do golpe*, qual delas soa melhor? Se se optar pela versão dos militares, que atribuem como causas suficientes do movimento o receio do comunismo e a quebra da hierarquia e da disciplina nos quartéis, então o golpe de 1964 tem uma expli-

cação extremamente simples. Inflação, paralisia decisória, multinacionais, influência norte-americana etc., razões sobejamente usadas pelos intelectuais brasileiros e estrangeiros ao longo de décadas parecem, diante dos simples argumentos produzidos pelos militares, uma série de explicações que, de essenciais no passado, passam à categoria de meras conjecturas refutadas por aqueles que estavam nos ambientes do poder. Nesse sentido, revisitar as leituras consagradas do golpe ainda parece ser uma tarefa salutar diante de um episódio em nossa história política recente que merece ser mais bem explicado.

Abstract

Reviewing the readings of the coup

the aim of the present article is to revisit some of the most important interpretations concerning the causes of Brazilian coup d'état in 1964. The interpretations that have been chosen for the critical reading are from Alfred Stepan, René Dreifuss, Argelina Figueiredo, and Wanderley Guilherme dos Santos. For each one of them, their critical points will be presented. In the end of the article, it will be presented elements for a new possibility of understanding of the military movement that inaugurated a period of 21 years of authoritarian regime in Brazil.

Key words: Coup d'état. Authoritarian regime. Interpretation of Brazilian coup d'état.

Notas

¹ Neste ponto, é interessante apontar que, segundo Stepan, a resistência do III Exército, localizado no Rio Grande do Sul, em relação ao veto dos ministros militares à posse de João Goulart logo após a renúncia de Jânio Quadros, foi o que sustentou a Campanha da Legalidade, liderada pelo então governador Leonel Brizola. Conforme o autor, “em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, os três ministros militares, tentaram impedir que o vice-presidente João Goulart assumisse o cargo vago. Goulart era gaúcho e seu violento cunhado, Leonel Brizola, governava o Rio Grande do Sul. Com o apoio da polícia estadual e do povo, Brizola se declarou em total oposição aos ministros das Forças Armadas. O comandante do III Exército, no Estado, de início não tomou posição no conflito, mas, com o aumento da resistência civil, a lealdade de suas tropas vacilou. Ele enviou um telegrama aos ministros militares, declarando que não iria seguir suas ordens, pois isso poderia precipitar uma guerra civil. Os ministros militares capitularam, porque as outras unidades se recusaram a marchar contra o III Exército, alegando que a opinião pública estava abertamente contra os ministros”. (1975, p. 20).

² Segundo Stepan (1975), os padrões até então existentes das relações entre civis e militares são os modelos aristocrático, comunista, liberal e profissional. O modelo aristocrático resulta da condição assumida pelos militares de que, antes de serem propriamente militares, são membros da aristocracia e, portanto, seguem os padrões e auferem os benefícios das elites dirigentes do Estado aristocrático. O modelo comunista explica a integração entre civis e militares, tendo em vista que os militares são tidos como, antes de propriamente militares, membros do partido comunista, ou seja, cidadãos politicamente ativos. Já no modelo liberal, tendo em vista a noção do conflito nas relações entre civis e militares, as elites políticas procuram evitar ao máximo a legitimidade dos militares para agir na esfera política. Busca-se a neutralização dos mesmos, e uma forma encontrada para tanto é a manutenção de um corpo reduzido no exército permanente. Por fim, o modelo profissional busca adequar os militares ao controle civil do Estado, fazendo com que os primeiros tenham uma presença social eminentemente profissional e autônoma; os militares são vistos e se veem como indiferentes à lógica política.

- ³ Nesse sentido, é importante a caracterização dos militares como parte também integrante do sistema político, como observa o autor: “Minha argumentação principal é que a instituição militar não é um fator autônomo, mas deve ser pensada como um subsistema que reage a mudanças no conjunto do sistema político.” (STEPAN, 1975, p. 101).
- ⁴ Alfred Stepan apresenta, basicamente, três grupos políticos em disputa no Brasil entre 1945 e 1964: O primeiro deles é o próprio Executivo, ou seja, o grupo que representa a situação governista e que exerce a Presidência da República: o segundo é chamado de “civis pró-regime”, ou seja, “elementos do Congresso, governadores, líderes políticos, editores de jornais e eleitores que geralmente aceitam o quadro constitucional e apóiam o regime existente, mas que podem ou não apoiar o governo em períodos específicos” (1975, p. 57); o último grupo é o formado pelos civis anti-regime, ou seja, “aqueles protagonistas políticos que procuram mudar as regras básicas de todo o sistema político e alterar os princípios de autoridade e legitimidade”. (1975, p. 56).
- ⁵ Além das críticas produzidas neste capítulo a propósito da análise de Stepan, é conveniente ainda a leitura do artigo de João Quartim de Moraes “Alfred Stepan e o mito do poder moderador”, no qual são apresentadas outras e mais detalhadas críticas ao padrão moderador de Stepan. (MORAES, 1985).
- ⁶ Nas palavras de Dreifuss, “as grandes empresas ‘nacionais’ e os grupos que as controlavam eram predominantemente multinacionais, firmemente interligadas através de uma dependência tecnológica ou financeiramente integrados a grupos multinacionais. A grande corporação ‘nacional’ era principalmente uma empresa associada. Esse processo de internacionalização seria estendido ainda mais depois de 1964”. (1981, p. 51).
- ⁷ Conforme Dreifuss, a data exata de fundação do Ipes é 29 de novembro de 1961.
- ⁸ Nas palavras do autor, “é também necessário compreender o ‘grau de homogeneidade, consciência e organização’ atingido pelos intelectuais orgânicos dos interesses econômicos multinacionais e associados. Esse momento de homogeneidade, consciência e organização no processo traduziu-se pela formação de uma elite orgânica centrada na frente de ação do complexo IPES/IBAD”. (DREIFUSS, 1981, p. 161).
- ⁹ Interessante informar que o Ibad teve sua existência formal somente até outubro de 1962. “O IBAD foi fechado por haver sido considerado culpado de corrupção política.” (DREIFUSS, 1981, p. 207).
- ¹⁰ Segundo o autor, “houve menção anterior ao fato de que o núcleo do grupo da ESG estava integrado ao complexo IPES/IBAD e seus membros principais eram ao mesmo tempo líderes e ativistas do IPES”. (DREIFUSS, 1981, p. 369).
- ¹¹ Sobre os empresários serem os principais responsáveis pela deposição de João Goulart, veja-se a seguinte passagem de Dreifuss: “A autonomia política e a iniciativa demonstrada pelos empresários provam que eles não eram meros suportes (*Traeger*) do processo de dominação, mas, sim, forças politizadas que fizeram da conquista do poder estatal a finalidade de seu planejamento político e de sua ação.” (1981, p. 484).
- ¹² Nas palavras de Santos, “em fins de 1961, a oposição militar não fora suficientemente forte para impedir que João Goulart ocupasse a Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros”. Após essa afirmação, Santos, tomando somente a posse do presidente como fator suficiente para caracterizar a normalidade democrática, conclui com a seguinte indagação: “Como poderia o cenário político mudar tanto, a ponto de os oponentes de Goulart serem capazes de forçar a sua deposição em lapso de tempo inferior a três anos?” (2003, p. 170).
- ¹³ Neste ponto é interessante a seguinte passagem de *Visões do golpe*: “A opinião militar dominante define o golpe como o resultado de ações dispersas e isoladas, embaladas, no entanto, pelo clima de inquietação e incertezas que invadiu a corporação. Esta visão se contrapõe à interpretação predominante entre os analistas que até agora examinaram o episódio. Para estes, o golpe teria sido produto de amplo e bem-elaborado plano conspiratório que envolveu não apenas o empresariado nacional e os militares, mas também forças econômicas multinacionais.” (2004, p. 16).

Bibliografia

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MORAES, João Quartim de. “Alfred Stepan e o mito do poder moderador”. *Filosofia e política* 2. Campinas/Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 163-199.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/Iuperj, 2003.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro.